

O CONTEXTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR

SILVA, M. M. P.¹

RESUMO

Neste artigo procuramos fazer uma reflexão sobre o papel da escola no atendimento ao ser humano que nela ingressa, tendo em vista suas características peculiares. Apresentamos os conceitos mais usualmente empregados para designar crianças portadoras de necessidades especiais e enfatizamos a necessidade do professor estar atento às singularidades de cada criança para que a aprendizagem se concretize no âmbito de suas possibilidades, permitindo sua integração ao mundo social. Fizemos abordagens que levam à reflexão sobre a importância da formação do professor, no âmbito da educação especial, para o enfrentamento das dificuldades surgidas no seu ambiente de trabalho, tendo em vista que um contingente bastante significativo de alunos precisa de uma orientação específica para vencer as dificuldades que suas limitações lhes impõe.

Palavras-chave: crianças com necessidades especiais; professor; aprendizagem; educação especial; desenvolvimento; integração.

ABSTRACT

In this article we intend to reflect about the role of the school in assisting the human being that is entering it, having in mind his personal qualities. We present the ideas used, to mention children that are bearers of special needs emphasizing the teacher's need to be conscient to the particularities of each child so that the learning can solidify in the field of its possibilities, allowing the integration to the social world. We have performed approaches that take us to the reflexion about the importance of the formation of a teacher in the field of special education, for the facing against the problems found in his work place, having in mind that an important number of students needs a particular orientation to win over the difficulties that their limitation imposes upon them.

Keywords: Children with personal needs, teacher, learning, special education, development, integration.

1- Pedagoga; Mestre em Educação pela UNESA, RJ; Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença, da Fundação Educacional D. André Arcoverde, Valença, RJ.

1. O CONTEXTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR

Num momento em que as mudanças ocorrem de maneira muito rápida, certamente a mais rápida em toda a história da humanidade; num momento em que *adquirimos conhecimentos espantosos sobre o mundo físico, biológico, psicológico e sociológico* (MORIN, 1998, p. 13) é preciso (re)pensar intensa e profundamente o papel da escola, no seu atendimento, de forma igualitária, não só ao estudante que nela se matricula, mas ao ser humano, que independentemente de sua idade cronológica, sexo, idade mental, condições emocionais e antecedentes culturais, nível social e credo a que pertença (MEC, 1995) possui um valor inerente a sua própria natureza e as suas potencialidades.

Embora esteja explícito na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* que todo ser humano tem direito de reivindicar condições de aprendizagem e ação para desempenhar-se como pessoa e como membro atuante de uma comunidade, tais condições nem sempre têm sido oferecidas. Neste sentido, pode se observar um processo de exclusão em relação ao portador de necessidades especiais. Este tem ficado, por descaso, preconceito, vergonha, falta de conscientização, e até mesmo despreparo, à margem da sociedade.

A Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 diz, no seu capítulo V, art. 58:

entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (p. 196).

De início, é preciso que se conceitue quem é o educando **portador** de necessidades especiais. O Ministério da Educação e do Desporto utiliza a expressão *portador de necessidades especiais* para indicar pessoas portadoras de deficiência (mental, visual, auditiva, física e múltipla) e pessoas portadoras de altas habilidades e de condutas típicas (MEC, 1995). Isso nos leva a dimensionar a educação dos portadores de necessidades especiais no seu aspecto não só pedagógico, mas social e cultural, no sentido de que tenha favorecido o desenvolvimento de suas potencialidades e seja capaz de participar e se integrar em sua comunidade.

Acreditamos ser pertinente apresentar os conceitos mais usualmente empregados para designar os portadores de necessidades especiais para que, a partir deles, possamos dimensionar os problemas pedagógicos advindos de sua não compreensão e entendimento quando nos reportamos ao campo da aprendizagem. Assim vejamos:

Deficiência Mental – Segundo a Associação Americana de Deficiência Mental, refere-se ao funcionamento intelectual geral, *significativamente abaixo da média, que coexiste com falhas no comportamento adaptado e se manifesta durante o período de desenvolvimento* (KIRK e GALLAGHER, 1996. p. 121).

Deficiência visual – redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor conexão ótica.

Deficiência auditiva – é a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala, através do ouvido.

Deficiência física – é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral e da fala, como decorrência de lesões, sejam neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou ainda, de mal formações congênitas ou adquiridas.

Deficiência Múltipla – é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física) com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

Condutas típicas – manifestações comportamentais típicas de síndromes de quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos e que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social.

Altas Habilidades – notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criador ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora (MEC, 1995).

Diante de um alunado que apresenta essas características, o professor não pode desconhecer o quanto é necessário valorizar as singularidades de cada criança para que o aluno as tenha respeitadas, quando considerado em relação ao seu ritmo e às suas características pessoais. Somente visualizando a criança portadora de necessidades especiais, dentro do parâmetro da individualização, é

que se poderá contribuir, com ações concretas, para que a criança tenha assegurada a sua aprendizagem, no âmbito de suas possibilidades.

Partindo do pressuposto de que uma das ocupações mais importantes do homem é a de aprender e que esta função é a grande tarefa da infância e da juventude (Kelly, 1965), cabe ao professor facilitar esta tarefa colaborando para que a criança e o jovem possam se sentir menos discriminados, que tenham elevada a sua auto-estima e sejam capazes de *reinterpretar o mundo como menos hostil e frustrante* (MEC, 1995, p. 7).

O professor é o elemento - chave na escola, no sentido de ser coadjuvante na tarefa de traçar os rumos da educação e do desempenho dos alunos que a frequentam. Isto porque a contemporaneidade exige que ele tenha consciência de que lida com individualidades, com seres diferentes e originais, que têm múltiplas possibilidades. Nessa perspectiva, os alunos de uma classe não podem ser considerados como uma massa amorfa, sem identidade, sem nome. Conforme afirmativa de Silva (2001):

é preciso que o professor compreenda que as individualidades encontram-se inseridas em um meio social, em permanente interação com seus pares, exercendo e recebendo influências diversas de todas as pessoas, do ambiente a que pertencem, do próximo e do distante, do micro e do macro contexto social (p. 51).

Ele é a figura central no processo de aprendizagem, pois além de perceber em sua classe crianças com deficiência, de condutas típicas ou de altas habilidades tem que estar capacitado, se não a lidar com elas, a encaminhá-las para que recebam atendimento adequado e tenham garantida a oportunidade de atingir e manter um nível satisfatório de aprendizagem. Esse professor deve estar aberto a desafios: saber, de uma forma especial, dar atenção a esses alunos; oferecer um currículo mais variado; programar trabalhos que atendam a singularidade de cada criança; ser criativo; ter habilidades diferenciadas; saber usar o bom senso, entre outros. Isto é de fundamental importância para afastar, quase sempre, os comportamentos agressivos e turbulentos, a timidez e a inibição. Ele deve ser o ponto de equilíbrio para que a criança vença o medo e enfrente desafios tendo a certeza de que não lhe faltará apoio. Assim, caminhando paralelamente com o professor, ela construirá a sua identidade pessoal desenvolvendo a independência e

a autoconfiança, fruto de um trabalho objetivo, consistente e realista que se efetiva na ação integrada que favorece a evolução e o desenvolvimento dos indivíduos.

Outrossim, é importante lembrar, ao professor que possui em sua classe crianças portadoras de necessidades especiais, sobre a importância da afetividade, aspecto que engloba e condiciona todas as dificuldades e problemas decorrentes da condição de ser uma criança especial. Fazemos referência a todas elas: às que possuem deficiência mental, visual, auditiva, física; às que têm comportamentos típicos e às portadoras de altas habilidades. Se essa criança, à qual fazemos referência, tem sua necessidade de afeto satisfeita, provavelmente saberá, de forma diferente, enfrentar suas dificuldades. O sentimento de segurança, de apoio, de sentir-se querida e amparada, por certo, reforçará a sua coragem, a sua força e a autoconfiança, embora sabendo-se e sentindo-se limitada na sua capacidade de estabelecer contato com o mundo e com as pessoas, ou mesmo, não sendo compreendida nas suas possibilidades de realização.

Entretanto, não podemos deixar de enfatizar que a atuação do professor depende também de uma ação vigorosa do Governo, para expandir as políticas educacionais para que as crianças sobre as quais fazemos referência, sejam beneficiadas, uma vez que inúmeras disparidades existem no que diz respeito ao atendimento aos portadores de necessidades especiais, em diferentes regiões, estados e municípios, tendo em vista o Sistema Brasileiro de Ensino. Todavia, cabe-nos também registrar que, analisando o resultado estatístico oferecido pelo censo escolar, constatamos que em 2002, 24,7% de crianças portadoras de necessidades educativas especiais recebiam atendimento especializado e que em 2006, o percentual de atendimento atingiu 46,4% (www.inep.gov.br). Pelos dados apresentados, constatamos que a atenção aos direitos dos portadores de necessidades educativas especiais, no Brasil, apresentou uma sensível evolução, junto aos esforços das entidades governamentais e também da sociedade brasileira como um todo.

Pelo próprio objetivo da educação especial que, fundamentalmente, visa oferecer às crianças portadoras de algum tipo de excepcionalidade, atendimento específico ao seu tipo de necessidade, levando em consideração suas diferenças inter-individuais e intra-individuais, a referência à necessidade de capacitação dos docentes, no âmbito da educação especial, é de fundamental importância, no

sentido de que lhes seja oferecida formação pedagógica e didático-metodológica que os possibilitem atender a essas crianças e transformar a sala de aula num ambiente propício à aprendizagem.

Pela observação feita em contato com alunos e professores, no cotidiano da sala de aula, constatamos que muitos professores não possuem o preparo necessário para trabalhar com essas crianças. Assim sendo, é preciso que se dê atenção, sobretudo, ao currículo dos cursos de formação de professores, sejam eles de ensino médio ou de nível universitário, no sentido de imprimir maior consistência à formação docente no que diz respeito à educação especial, o que por certo, facilitará o trabalho com a criança portadora de alguma necessidade. O que tem acontecido é que em inúmeras escolas, o professor acaba aprendendo na prática, com a didática do *aprender a fazer fazendo* ou, o que é muito pior, nada faz para que a criança se desenvolva de acordo com suas necessidades, o que representa uma omissão educacional inadmissível (Silva, 2001).

É relevante que os cursos de formação de professores, nos diferentes níveis, incluam em seus currículos disciplinas que possibilitem ao professor adquirir conhecimentos nessa área, para que não só os objetivos da educação democrática sejam atingidos e essas crianças possam receber orientações que possibilitem seu desenvolvimento, mas, sobretudo, porque é significativo o contingente de alunos que precisa de uma orientação específica para vencer as dificuldades que suas limitações lhes impõe.

Segundo Mutschele (1996)

a escola é um dos grupos sociais que por mais tempo, mantém contato sistematizado com indivíduos em desenvolvimento. Daí a sua responsabilidade em favorecer o processo da evolução através da ação integrante de todos os aspectos do viver, com a finalidade de assegurar a consistência e o equilíbrio pessoais... (p. 71).

Consistência e equilíbrio resultantes de uma vida cercada de amor, afeto e dedicação.

Consistência e equilíbrio resultantes do desenvolvimento integral dessa criança e sua preparação para uma vida produtiva na sociedade.

Consistência e equilíbrio resultantes do viver em sociedade tendo direitos, privilégios e deveres iguais às demais pessoas.

Consistência e equilíbrio resultantes do respeito à dignidade dos portadores de necessidades especiais como seres integrais.

Consistência e equilíbrio resultantes de um adequado atendimento educacional a cada portador de necessidades especiais, de acordo com seu ritmo e características próprios (MEC, 1995).

Assim, conscientizando-se da importância de seu desempenho, de forma acertada, no atendimento a esses sujeitos, o professor estará contribuindo para que a escola se transforme num ambiente de socialização da criança portadora de necessidades especiais, tornando-se um elemento integrador não só de aprendizagens, mas de seres humanos que poderão ser capazes de se perceberem como pessoas e conviverem socialmente, livres do estigma da discriminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N.; VILLARDI, R. **Múltiplas leituras da Nova LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/ 1996)**. Rio de Janeiro: Qualitymark /Dunya,1997.

ANTIPOFF, D. **Deficientes e talentosos, os escolhidos**. Belo Horizonte: Lastro Editora, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Expansão e melhoria da educação especial nos municípios brasileiros**. Brasília, MEC, 1995 Série Diretrizes, n.º 4.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial**. Brasília, 1995. Série Diretrizes, n.º 7.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Linhas programáticas para o atendimento especializado na sala de apoio pedagógico específico**. Brasília: MEC, 1995. Série Diretrizes n.º 2.

KELLY, W. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Editora Agir,1965.

KIRK, S. A. e GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SILVA, M.M.P. **O Portador de altas habilidades na visão de professores da educação infantil e do ensino fundamental**. 2001. Dissertação (Mestrado) - UNESA, Rio de Janeiro, 2001. (CDD 371.95). Registro nº. 231.268 Livro: 407. Folha: 428. Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, RJ 22 / 05 /2001.